

Governo finaliza discussão do orçamento em sede do Comité de Revisão Político

Dando cumprimento ao compromisso político do VIII Governo Constitucional, de continuar a contribuir para transformar Timor-Leste de um país com baixo rendimento para um país com rendimento médio-alto, o Comité de Revisão Político (Comité de Revisão Orçamental Político (CROP)) finalizou a discussão sobre as prioridades nacionais que vão ter destaque no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2020. Os trabalhos do CROP decorreram entre os dias 9 e 23 de setembro de 2019, no Auditório Xanana Gusmão do Ministério das Finanças.

A criação do Comité de Revisão Político foi aprovada, conforme previsto no [Decreto-Lei nº22/2015](#), na [Reunião do Conselho de Ministros de 11 de setembro](#), com o objetivo de fazer a verificação da alocação estratégica de recursos de forma a atingir os compromissos e os objetivos que constam dos documentos estratégicos e aferir a exequibilidade dos planos para o ano financeiro de 2020.

O CROP é presidido pelo Primeiro-Ministro e é composto também pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, pelo Ministro da Administração Estatal Interino e pelo Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos interino.

O teto fiscal para o OGE de 2020, com um montante de 1,6 mil milhões de dólares americanos, [aprovado anteriormente pelo Conselho de Ministros](#), precisa ainda de ajustamentos de forma a cobrir todas as necessidades do programa e de todas as atividades relevantes dos ministérios e das instituições do Estado para o ano de 2020. Por isso, os ministérios e as instituições apresentaram e justificaram ao CROP as suas propostas adicionais para ajustar à despesa de 2020.

O CROP fez a revisão de cada proposta orçamental e convidou os ministérios e as instituições relevantes para defenderem e justificarem cada proposta. Depois da avaliação de todas as propostas de orçamento o CROP dará continuidade à preparação do orçamento a ser apresentado e aprovado em Conselho de Ministros.

No último dia da discussão, o CROP deu passos positivos na filtragem das propostas vindas das linhas Ministeriais e outras instituições relevantes do Estado e fez uma apreciação final às propostas adicionais apresentadas. O Ministério das Finanças irá agora fazer a atualização final da proposta de orçamento, a ser apresentada no Conselho de Ministros, no dia 27 de setembro de 2019. Após a aprovação do Conselho de Ministros, o Ministério das Finanças poderá iniciar a preparação dos documentos suplementares, nomeadamente os Livros I a VI do orçamento, a serem apresentados no Parlamento Nacional, no dia 15 de outubro de 2019, de acordo com a Lei de Gestão Orçamental e Financeira, que estipula o calendário de submissão.

O Governo definiu três áreas prioritárias de atuação para a definição do OGE 2020: o **desenvolvimento do capital social**, com enfoque na educação e formação, na saúde e fornecimento de água potável e infraestruturas de saneamento básico; o **desenvolvimento económico** com aposta no incentivo ao investimento do setor privado, na criação de emprego, na diversificação económica e desenvolvimento do setor da agricultura; e o **aumento da conectividade nacional** com o desenvolvimento dos portos, aeroportos, estradas rurais e urbanas e desenvolvimento da logística nacional com a criação de infraestruturas de processamento e armazenamento e com a melhoria dos transportes marítimos, terrestres e aéreos.

Segundo o Diretor Geral das Finanças do Estado, do Ministério das Finanças, Januário da Gama *“as propostas adicionais têm de ser alocadas de acordo com a sequência de prioridades nacionais. Depois é que podemos avaliar o próprio orçamento que deverá concentrar-se nos setores mais importantes, como o setor do capital social, da economia, das infraestruturas e o setor institucional”*.

Januário da Gama acrescentou ainda que *“há possibilidade de aumentar o valor do teto fiscal inicialmente aprovado, porque há um conjunto de compromissos políticos novos que têm de ter resposta no orçamento de 2020.*

Unofficial translation by La'o Hamutuk

Government finalizes discussion on budget in Budget Review Committee

Fulfilling the political commitment of the VIII Constitutional Government to continue contributing to transforming Timor-Leste from a low-income country to a medium-high income country, the Budget Policy Review Committee (CROP) finalized its discussion on the national priorities that will be highlighted in the State General Budget (OGE) for 2020. The work of the CROP took place from September 9 to 23, 2019, in the Xanana Gusmão Auditorium of the Ministry of Finance.

The creation of the Policy Review Committee was approved, as foreseen in Decree-Law no. 22/2015, at the Council of Ministers' Meeting of September 11, with the objective of verifying the strategic allocation of resources in order to reach the commitments and objectives set out in the strategy papers and assess the feasibility of the plans for the financial year 2020.

The CROP is chaired by the Prime Minister and also includes the Minister of Foreign Affairs and Cooperation, the Interim Minister of State Administration and the Interim Coordinating Minister of Economic Affairs.

The fiscal ceiling for the 2020 OGE of \$1.6 billion, previously approved by the Council of Ministers, still needs adjustments to cover all program needs and all relevant ministry and state institutions activities for 2020. Therefore, the ministries and institutions submitted and justified to CROP their additional proposals to adjust for 2020 spending.

CROP has reviewed each budget proposal and invited relevant ministries and institutions to defend and justify each proposal. After evaluating all budget proposals, CROP will continue to prepare the budget to be presented and approved by the Council of Ministers.

On the last day of discussion, CROP took positive steps in filtering proposals from line Ministries and other relevant state institutions and made a final assessment of the additional proposals submitted. The Ministry of Finance will now make the final update of the budget proposal to be presented to the Council of Ministers on September 27, 2019. After the approval of the Council of Ministers, the Ministry of Finance will be able to begin the preparation of supplementary documents, namely Budget Books I to VI, to be presented to the National Parliament on October 15, 2019, in accordance with the Budget and Financial Management Law, which stipulates the submission schedule.

The Government has defined three priority areas for the definition of the OGE 2020: the development of social capital, focusing on education and training, health and drinking water supply and basic sanitation infrastructure; economic development with a focus on encouraging private sector investment, job creation, economic diversification and agricultural sector development; and increased national connectivity to the development of ports, airports, rural and urban roads and the development of national logistics through the creation of processing and storage infrastructure and the improvement of maritime, land and air transport.

According to the Director-General of State Finance in the Ministry of Finance, Januário da Gama "Additional proposals have to be allocated according to the sequence of national priorities. Then we can evaluate the budget itself, which should focus on the most important sectors, such as the social capital sector, the economy, infrastructure and the institutional sector."

Januário da Gama added that "there is a possibility of increasing the value of the initially approved fiscal ceiling, because there are a number of new political commitments that have to be addressed in the 2020 budget."